SUMÁRIO

Nota do autor 15
Prefácio 17

I. Lei dos Crimes Ambientais – Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 19

Capítulo I – Disposições gerais 19
Artigos 1.° e 2.° 20
Artigo 3.° 22
Artigos 4.° e 5.° 27

Capítulo II – Da aplicação da pena 28
Artigo 6.° 28
Artigo 7.° 31
Artigo 8.° 34
Artigo 9.° 37
Artigo 10 37
Artigo 11 38
Artigo 12 38
Artigo 13 39
Artigo 14 40
Artigo 15 40

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Artigo 16 41
Artigo 17 42
Artigo 18 44
Artigo 19 44
Artigo 20 47
Das penas aplicáveis à pessoa jurídica 48
Artigo 21 48
Artigo 22 48
Artigo 23 49
Artigo 24 50
Capítulo III – Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime 50
Artigo 25 50
Capítulo IV – Da ação e do processo penal 54
Artigo 26 54
Artigo 27 55
Artigo 28 57
Capítulo V – Dos crimes contra o meio ambiente 59
Seção I – Dos crimes contra a fauna 59
Artigo 29 59
Artigo 30 66
Artigo 31 68
Artigo 32 69
Artigo 33 72
Artigo 34 75
Artigo 35 81
Artigo 36 83
Artigo 37 84
Seção II – Dos crimes contra a flora 85
Artigo 38 85

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Artigo 39 88
Artigo 40 90
Unidades de Conservação 93
Artigo 41 101
Artigo 42 103
Artigos 43 e 44 105
Artigo 45 107
Artigo 46 109
Artigos 47 e 48 112
Artigo 49 113
Artigo 50 116
Artigo 50-A 117
Artigo 51 118
Artigo 52 120
Artigo 53 122
Seção III – Da poluição e outros crimes ambientais 124
Artigo 54 124
Artigo 55 133
Artigo 56 136
Artigos 57 e 58 138
Artigos 59 e 60 140
Artigo 61 142
Seção IV – Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural 144
Artigo 62 144
Artigo 63 146
Artigo 64 149
Artigo 65 151
Seção V – Dos crimes contra a Administração Ambiental 153
Artigo 66 153
Artigo 67 155

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Artigo 68 159
Artigo 69 160
Artigo 69-A 162

Capítulo VI – Da infração administrativa 163
Artigos 70 a 76 163

Capítulo VII – Da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente 165
Artigos 77 e 78 165

Capítulo VIII – Disposições finais 166
Artigo 79 166
Artigo 80 168
Artigos 81 e 82 169

Jurisprudência 169

II. Tutela dos interesses difusos e coletivos 173

1. Interesses 173
1.1. Interesse privado 173
1.2. Interesse público 173
1.3. Interesse público primário 174
1.4. Interesse público secundário 174
1.5. Interesses metaindividuais ou transindividuais 174
1.6. Interesses difusos 175
1.7. Interesses coletivos 178
1.8. Interesses individuais homogêneos 178

2. Legitimação ativa 179
2.1. Legitimação ordinária 179
2.2. Legitimação extraordinária 180
2.3. Defesa judicial de interesses difusos e coletivos 181
2.4. Constituição e legislação sobre interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos 182

3. Ação civil pública 183

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1. Conceito 183
3.2. Ação coletiva 184
3.3. Objeto 185
3.4. Tutela principal e cautelar 190
3.5. Legitimação ativa 191
3.6. Legitimação passiva 192
3.7. Interesse de agir 192
3.8. Litisconsórcio e assistência 194
3.9. Atuação do Ministério Público 195
3.10. Competência 196
3.11. Transação 197
3.12. Multa diária e liminar 198
3.13. Coisa julgada 199
3.14. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados 201

4. Inquérito civil 202
4.1. Finalidade 202
4.2. Instauração 203
4.3. Poderes instrutórios 204
4.4. Transação 204
4.5. Arquivamento 204
4.6. O Ato n. 19 da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo .. 206

5. Tutela penal dos interesses difusos 206

III. Improbidade administrativa 209

1. Introdução 209
1.1. Princípios do Estado brasileiro contidos no artigo 1.º da Constituição Federal 209
1.2. Síntese 214

2. A Administração Pública 215
2.1 Caráter vinculante dos princípios gerais 215

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2. Os princípios da Administração 216
3. Legitimação do Ministério Público 223
3.1. Fundamento legal e constitucional 223
3.2. Conceito de interesses difusos e coletivos 225
4. Legitimação de combate à improbidade administrativa 227
4.1. Breve histórico 227
4.2. Síntese 229
5. A Lei n. 8.429/92 230
5.1. Introdução 230
5.2. Sujeito passivo da improbidade 230
5.3. Sujeito ativo 235
5.4. Conceito de ato de improbidade 236
5.5. Modalidades dos atos de improbidade 237
5.6. Das penas previstas na lei 246
5.7. Restrições à aplicação das penas 249
5.8. Da declaração de bens 253
5.9. Do procedimento administrativo 253
5.10. Aspectos judiciais 260
5.11. Da prescrição 264

Bibliografia 267

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br